cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.01.31 06:44:57 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 31 de janeiro de 2024 • Nº 1734 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CAGED

Brasil criou 1,48 mi de vagas formais em 2023

O Brasil registrou saldo positivo de 1.483.598 empregos formais em 2023, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No acumulado do ano (janeiro a dezembro), foram registradas 23.257.812 admissões e 21.774.214 desligamentos. O maior crescimento do emprego formal em 2023 ocorreu no setor de serviços, com a criação de 886.256 postos. No comércio, foram criados 276.528 postos; na construção 158.940; na indústria, 127.145; e na agropecuária, o saldo foi de 34.762 postos. O salário médio de admissão foi R$ 2.037,94. Nas 27 unidades federativas ocorreram saldos positivos, com destaque para São Paulo (390.719 postos, +3%), Rio de Janeiro (160.570 postos, +4,7%) e Minas Gerais (140.836 postos, +3,2%). Nas regiões, as maiores gerações ocorreram no Sudeste, (726.327), Nordeste (298.188) e Sul (197.659). PÁGINA 3

TESOURO

Dívida Pública Federal fecha 2023 em R$ 6,520 trilhões

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) subiu 3,09% em dezembro e fechou o mês em R$ 6,520 trilhões. Os dados foram divulgados ontem, pelo Tesouro Nacional. Em novembro, o estoque estava em R$ 6,325 trilhões. A correção de juros no estoque da DPF foi de R$ 54,18 bilhões no mês passado, enquanto houve uma emissão líquida de R$ 141,29 bilhões. A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve alta de 3,19% em dezembro e fechou o mês em R$ 6,269 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 0,57% maior no mês, somando R$ 251,46 bilhões ao fim de dezembro. Com o ciclo de queda da taxa básica de juros, atualmente em 11,75% ao ano, a parcela de títulos da Dívida Pública Federal atrelados à Selic subiu em dezembro, para 39,66%. Em novembro, estava em 39,38%. Já os papéis prefixados ampliaram a fatia de 26,2% para 26,53%. PÁGINA 2

ARAPONGAGEM

Lula demite o número 2 da Abin

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu ontem o diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alessandro Moretti (**foto**). A dispensa ocorreu um dia após a operação da Polícia Federal que fez buscas em endereços do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho de Jair Bolsonaro. Moretti é muito ligado ao ex-presidente. Diligências da PF indicaram que tanto ele como outros integrantes da cúpula da Abin dificultaram as apurações e estariam agindo em conluio com servidores investigados. O *Estadão* apurou que o novo diretor adjunto será Marco Cepik, diretor da Escola de Inteligência da Abin, responsável pela formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da agência. No relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal que serviu de base para a Operação Vigilância Aproximada, a PF diz que Moretti, ainda no governo Bolsonaro, se reuniu com servidores e afirmou que a investigação sobre "Abin paralela" tinha "fundo político e iria passar". Com sua saída, é cada vez mais forte a pressão para que Lula demita toda a cúpula da Abin e reformule radicalmente a instituição. Nos bastidores, ministros do STF cobram do presidente a substituição do diretor da agência, Luiz Fernando Corrêa. Os magistrados dizem não ver explicação para o fato de Corrêa ter escalado Moretti, conhecido por suas ligações com Bolsonaro, para ser seu braço direito na Abin ". PÁGINA 5

EDUCAÇÃO

Conferência decidirá pelo fim do novo ensino médio

O documento final da Conferência Nacional da Educação, que deve ser entregue ao ministro Camilo Santana, da Educação, na segunda semana de fevereiro, vai propor a revogação do novo ensino médio. A informação é do coordenador do Fórum Nacional da Educação, Heleno Araújo. Além disso, conforme explica, são necessárias ações de combate às desigualdades com financiamento da educação e pelo menos 10% do PIB brasileiro para a área. O documento, segundo o governo federal, deve orientar o projeto de lei para um Plano Nacional da Educação nos próximos 10 anos. "A tendência do documento final é trabalhar uma visão sistêmica da educação brasileira com estratégias, propostas e metas, pensando da creche à pós-graduação. Revogar o novo ensino médio faz parte desse processo, que apenas atua em uma etapa, sem preparar uma formação integral e humana para o conjunto da educação em nosso país", explicou o professor, que atua em PE. PÁGINA 5

MILITAR GOLPISTA

PF intima general Heleno para depor sobre 'Abin paralela'

A Polícia Federal (PF) intimou o general Augusto Heleno (**foto**), ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para prestar depoimento na investigação sobre o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele é esperado na próxima terça-feira, na sede da PF em Brasília. A Abin fez parte da estrutura administrativa do GSI enquanto Heleno esteve no cargo. A agência passou para o guarda-chuva da Casa Civil em março de 2023, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A Abin é o principal órgão do sistema de inteligência federal e tem como atribuição produzir informações estratégicas sobre temas sensíveis. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: -0,86% / 127.401,81 / -1.100,85 / Volume: R$ 21.768.879.728 / Negócios: 3.475.507

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
SUZANO S.A. ON NM	52.10	+2.56	+1.30
CARREFOUR BRON NM	10.63	+2.51	+0.26
EMBRAER ON NM	22.87	+2.46	+0.55
VIBRA ON NM	23.34	+1.43	+0.33
CSNMINERACAOON N2	6.900	+1.02	+0.070

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	2.87	–26.97	–1.06
CASAS BAHIA ON NM	7.600	–8.32	–0.690
BRASKEM PNA N1	17.72	–5.64	–1.06
PETZ ON NM	3.21	–5.03	–0.17
AZUL PN N2	13.20	–4.62	–0.64

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	68.78	–0.56	–0.39
PETROBRAS PN N2	40.32	–0.62	–0.25
ITAUUNIBANCOPN N1	32.43	–0.64	–0.21
LOCALIZA ON NM	54.49	–1.73	–0.96
BRADESCO PN N1	15.27	–0.72	–0.11

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	38.467,31	+0,35
NASDAQ Composite	15.509,896	-0,76
CAC 40	7.677,47	+0,48
FTSE 100	7.666,31	+0,44
DAX	16.972,34	+0,18
Ftse Mib	30.623,09	+1,29

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,74% (dez.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA-15**	0,31% (jan.)	Compra: 5,4194	Venda: 5,5994
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(13/12)	11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,9638	+0,84%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(30/01)	0,5879%	BM&F/grama	R$ 324,39	Compra: 4,9692	Venda: 5,1492
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(30/01)	0,0398%	Compra: 5,3634	Venda: 5,3641	Compra: 4,9762	Venda: 5,1562

Economia

MERCADOS

Na véspera do Copom e do Fed, Bolsa cai 0,86%, aos 127,4 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu em terreno negativo pelo segundo dia, colocando as perdas em janeiro na casa de 5% nesta penúltima sessão do mês. Caso o porcentual se confirme hoje, será semelhante à retração do índice em agosto passado (-5,09%), quando o Ibovespa (Índice Bovespa) registrou sua mais longa sequência de perdas diárias - ao todo, 13 -, na série histórica iniciada em 1968. Se vier a superar hoje o revés de agosto, pode ser o maior recuo para o índice desde fevereiro de 2023, quando havia cedido 7,49%

Ontem, o índice oscilou dos 127.104,69 aos 128.492,38 pontos, encerrando a sessão em baixa de 0,86%, aos 127.401,81 pontos, com giro financeiro a R$ 21,8 bilhões, um pouco mais alto do que nas últimas sessões. Na semana, o Ibovespa recua 1,21% e, no mês, cai 5,06%.

Ontem, a referência da B3 contou com apoio de poucos papéis entre as blue chips, em especial Santander (Unit +1%) - o banco abre a temporada de balanços trimestrais no Brasil, nesta semana. Petrobras, que sustentava leves ganhos mais cedo em dia positivo para o Brent e o WTI, perdeu força e fechou em baixa de 0,45% (ON) e 0,62% (PN).

Na ponta do índice, destaque para Suzano (+2,56%), Carrefour (+2,51%) e Embraer (+2,46%). No lado oposto, mais uma vez Gol (-26,97%), que se despede hoje da carteira teórica do Ibovespa, após queda livre da ação desde que a empresa entrou em recuperação pelo Chapter 11, na Justiça dos Estados Unidos. Destaque também para Casas Bahia (-8,32%) e Braskem (-5,64%) na ponta perdedora.

A ação de maior peso no Ibovespa, Vale ON, manteve o sinal negativo ontem (-0,56%), chegando ao fim do mês com perda acumulada de 10,91%. O Bank of America (BofA) avalia que a Vale reportou, ontem à noite, números de produção de minério de ferro "fortes" no quarto trimestre de 2023. Com base no relatório divulgado pela companhia, o banco reitera que a empresa deve apresentar Ebitda de cerca de US$ 6,5 bilhões no balanço do último trimestre do ano passado.

Apesar de o relatório da Vale em geral ter vindo dentro das expectativas, a ação acabou refletindo também o minério de ferro, que fechou esta terça-feira em baixa de 1,76% em Dalian. Prevalecem ainda preocupações sobre a demanda pelo insumo em meio à crise imobiliária na China, após a liquidação da antiga gigante do setor, Evergrande, pela Justiça de Hong Kong na abertura da semana.

DÓLAR

Após esboçar uma arrancada no início da tarde, quando bateu máxima a R$ 4,982, o dólar à vista perdeu força nas últimas horas de negócios e encerrou a sessão de ontem, cotado a R$ 4,9454, praticamente estável (-0,01%). A recuperação do real à tarde se deu em meio a uma perda de força da moda americana no exterior, em especial na comparação com os principais pares latino-americanos da moeda brasileira, como o peso mexicano.

TESOURO

Dívida Pública Federal fecha 2023 em R$ 6,520 trilhões

FERNANDA TRISOTTO E EDUARDO RODRIGUES/AE

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) subiu 3,09% em dezembro e fechou o mês em R$ 6,520 trilhões. Os dados foram divulgados ontem, pelo Tesouro Nacional. Em novembro, o estoque estava em R$ 6,325 trilhões. A correção de juros no estoque da DPF foi de R$ 54,18 bilhões no mês passado, enquanto houve uma emissão líquida de R$ 141,29 bilhões.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) teve alta de 3,19% em dezembro e fechou o mês em R$ 6,269 trilhões. Já a Dívida Pública Federal externa (DPFe) ficou 0,57% maior no mês, somando R$ 251,46 bilhões ao fim de dezembro.

PARCELA DE TÍTULOS

Com o ciclo de queda da taxa básica de juros, atualmente em 11,75% ao ano, a parcela de títulos da Dívida Pública Federal atrelados à Selic subiu em dezembro, para 39,66%. Em novembro, estava em 39,38%. Já os papéis prefixados ampliaram a fatia de 26,2% para 26,53%.

Os títulos remunerados pela inflação caíram para 29,76% do estoque da DPF em dezembro, ante 30,27% em novembro. Os papéis cambiais oscilaram a participação na DPF de 4,16% para 4,05% no mês passado.

Todos os papéis ficaram dentro das metas do PAF para o ano passado.

O intervalo do objetivo perseguido pelo Tesouro para os títulos remunerados pela Selic em 2023 ia de 38% a 42%. Para os prefixados, o intervalo era de 23% a 27%. No caso dos que têm índices de preço como referência, a meta era de 29% a 33% e, no de câmbio, de 3% a 7%.

O Tesouro informou ainda que parcela da DPF a vencer em 12 meses apresentou baixa, passando de 20,48% em novembro para 20,14% em dezembro. O prazo médio da dívida teve recuo de 4,04 anos para 3,95 anos na mesma comparação. Já o custo médio acumulado em 12 meses da DPF caiu de 10,65% ao ano para 10,51% a.a. no mês passado.

PARTICIPAÇÕES

A participação dos investidores estrangeiros no total da Dívida Pública caiu em dezembro. De acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional, a parcela dos investidores não residentes no Brasil no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) passou de 9,94% em novembro para 9,48% no mês passado.

No fim de 2022, a fatia estava em 9,36%. O estoque de papéis nas mãos dos estrangeiros somou R$ 594,18 bilhões em dezembro, ante R$ 603,96 bilhões em novembro.

A maior participação no estoque da DPMFi continuou com as instituições financeiras, com 29,67% em dezembro, ante 28,89% em novembro. A parcela dos fundos de investimentos passou de 23,45% para 23,53% em dezembro. Na sequência, o grupo Previdência passou de uma participação de 23,08% para 22,99% de um mês para o outro. Já as seguradoras passaram de 4,11% para 4,02% na mesma comparação.

IGP-M

Inflação do aluguel volta a perder força depois de 6 meses

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que serve como base para o reajuste dos contratos de aluguel, voltou a desacelerar depois de seis meses e fechou janeiro em 0,07%. O resultado foi divulgado pela Fundação Getulio Vargas ontem. No acumulado de 12 meses, a taxa acumula deflação de 3,32%, ou seja, inflação negativa. Em dezembro, esse consolidado era de -3,18%.

O IGP-M de janeiro representa uma inflexão no índice, que vinha ganhando força desde julho de 2023, quando alcançou -1,93%. Desde então, a inflação do aluguel acelerou seguidamente até fechar dezembro do ano passado em 0,74%.

O indicador da FGV é composto por três classes de preços: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede a variação dos custos no atacado; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que calcula a cesta de consumo das famílias; e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

ATACADO

Em janeiro, o IPA ficou negativo em 0,09%, ajudando a frear o IGP-M. Os preços das matérias-primas brutas, que arrefeceram de 3,06% para 0,49% entre dezembro e janeiro, foram um dos principais responsáveis por esse resultado.

A desaceleração desse grupo foi influenciada principalmente por itens como a soja em grão, que passou de uma alta de 2,03% para queda de 5,98%; o minério de ferro, que reduziu seu aumento de 4,63% para 2,87%, e o milho em grão, cuja taxa diminuiu de 11,30% para 6,22%.

O IPC registrou variação de 0,59%. No mês anterior, tinha sido de 0,14%. O maior impacto de alta veio do grupo alimentação, cuja taxa de variação passou de 0,55% para 1,62% entre dezembro e janeiro. De acordo com a FGV, "os preços dos alimentos *in natura* subiram, refletindo problemas de ofertas típicos da estação".

A taxa de variação do INCC permaneceu estável, passando de 0,26% para 0,23%.

O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel pois costuma ser utilizado para reajustar anualmente os contratos de moradia. O indicador também é utilizado como indexador de contratos de empresas de serviço, como energia elétrica, telefonia, educação e planos de saúde.

Ações

B3 retira Gol de índices após aérea entrar em recuperação judicial

A B3, Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), retirou ontem as ações da Gol de seus índices. Com a medida, a companhia aérea, que acionou um tribunal nos Estados Unidos (EUA) para renegociar dívidas, foi excluída do cálculo de dez indicadores da Bolsa brasileira.

Os indicadores são os seguintes:

- Ibovespa;
- Índice Brasil Amplo (Ibra);
- Índice Brasil 100 (IBrX);
- Índice Carbono Eficiente (ICO2);
- Índice de Diversidade (IDVR);
- Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT);
- Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX);
- Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG);
- Índice Valor (IVBX);
- Índice Small Cap (SMLL).

Apesar da retirada dos índices, as ações da companhia aérea continuarão a ser vendidas na Bolsa. Elas, no entanto, serão comercializadas sob o título de "Outras condições".

Na segunda-feira passada, as ações da Gol caíram 33,61%, sendo cotadas a R$ 3,93. Ontem, os papéis recuaram 26,97%, para R$ 2,87. Segundo a B3, a companhia tinha perdido R$ 674 milhões de valor de mercado até ontem, passando a valer R$ 1,323 bilhão.

A empresa divulgou, também na segunda-feira, que encerrou 2023 com endividamento de R$ 20,17 bilhões. No último dia 25, a Gol entrou com pedido para acionar o mecanismo conhecido como Capítulo 11 no Tribunal de Falências dos Estados Unidos. O procedimento assemelha-se à recuperação judicial no Brasil, em que uma empresa renegocia débitos com os credores para evitar a falência, enquanto mantém as atividades.

A companhia busca financiamento de US$ 950 milhões. Conforme comunicado divulgado pela Gol, a operação no Brasil não será afetada e a empresa continuará trabalhando normalmente, com o pagamento dos salários dos empregados garantido.

PARANÁ

Mais de mil km de rodovias passam a iniciativa privada

CAROLINA PIMENTEL/ABRASIL

Mais de mil quilômetros de rodovias federais e estaduais do Paraná foram concedidos à iniciativa privada. As empresas passarão a controlar as vias, que cortam 40 municípios, por 30 anos. A formalização ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto ontem, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As concessões são as primeiras realizadas no âmbito do Novo PAC, lançado em 2023 pelo governo federal. A partir da transferência, os motoristas irão pagar 50% a menos em pedágio em comparação aos preços atuais, de acordo com o governo federal.

As empresas Via Araucária e EPR Litoral Pioneiro – vencedoras do leilão no ano passado – terão de realizar obras emergenciais e de recomposição das rodovias, como sinalização, duplicação e construção de pontes e viadutos. O investimento estimado é de R$ 30,4 bilhões. As concessionárias deveriam iniciar a gestão em 30 dias.

De acordo com o governador do Paraná, Ratinho Júnior, está prevista a duplicação de 700 quilômetros, "aumentando a capacidade de carga, trazendo mais segurança para usuário, menos risco de acidente, mais conforto na viagem, mais segurança para o caminhoneiro e, acima de tudo, ajudando o Brasil a fortalecer a sua infraestrutura".

As rodovias dão acesso à região metropolitana de Curitiba, ao litoral do estado e ao Porto de Paranaguá.

LEILÕES

O ministro dos Transportes, Renan Filho, informou que estão programados nove leilões para este ano. Até 2026, a previsão é que o número chegue a 35.

"Agora, estamos otimizando 15 contratos que estavam com obras paralisadas. Agora, queremos colocar essas obras na rua. Essas otimizações de contrato podem levantar R$ 110 bilhões em investimentos nesses contratos, fora os novos leilões", disse, citando obras da BR-163, em Mato Grosso do Sul; da Rodovia Fluminense, Régis Bittencourt e Fernão Dias.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que o contrato assinado hoje inaugura um novo modelo de concessões no país, que visa priorizar a oferta da menor tarifa, e não a maior outorga (recursos pagos pela vencedores ao Poder Público pela concessão). Ele descartou o uso dos recursos recebidos para fazer caixa do governo.

"Nesse projeto, o que fizemos é ter disponibilidade e estimular que a licitação não fosse pela maior outorga, e sim pela menor tarifa, garantindo um padrão de qualidade, onde um fundo irá receber recurso em caso de inadimplência do contrato. Esse dinheiro poderá ser utilizado para ajustar, seja reduzir a tarifa, seja para fazer as obras se ocorrer inadimplência. O governo não utilizará essas licitações para fazer caixa, utilizará para garantir a menor tarifa e melhor serviço para a população."

COPOM

Haddad vê semana tranquila com corte de juros

AMANDA PUPO E FERNANDA TRISOTTO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, acreditar que será uma "semana tranquila" quanto a decisão do Banco Central em torno do patamar da taxa Selic, uma vez que a autoridade monetária está com a agenda "relativamente contratada". Afirmou, por sua vez, que o esperado início do ciclo de corte de juros no exterior, precificado para o primeiro semestre, pode fazer com que o Brasil alcance uma taxa de juros terminal para "além" do que se projeta atualmente, ponderando serem ainda "especulações". Nas vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o mercado manteve em 9% ao ano a mediana do Relatório de Mercado Focus para Selic no encerramento de 2024.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CAGED

Brasil criou 1,48 milhão de empregos formais em 2023

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O Brasil registrou saldo positivo de 1.483.598 empregos formais em 2023, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No acumulado do ano (janeiro a dezembro), foram registradas 23.257.812 admissões e 21.774.214 desligamentos.

O maior crescimento do emprego formal em 2023 ocorreu no setor de serviços, com a criação de 886.256 postos. No comércio, foram criados 276.528 postos; na construção 158.940; na indústria, 127.145; e na agropecuária, o saldo foi de 34.762 postos.

O salário médio de admissão foi R$ 2.037,94.

Nas 27 unidades federativas ocorreram saldos positivos, com destaque para São Paulo (390.719 postos, +3%), Rio de Janeiro (160.570 postos, +4,7%) e Minas Gerais (140.836 postos, +3,2%). Nas regiões, as maiores gerações ocorreram no Sudeste, (726.327), Nordeste (298.188) e Sul (197.659). O maior crescimento foi verificado no Nordeste, 5,2%, com geração de 106.375 postos no ano.

A maioria das vagas criadas em 2023 foram preenchidas por homens (840.740). Mulheres ocuparam 642.892 novos postos. A faixa etária com maior saldo foi a de 18 a 24 anos, com 1.158.532 postos.

Os resultados de 2023 não atingiram as previsões do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que projetava a geração de mais de 2 milhões de empregos com carteira assinada no ano. Segundo ele, o resultado pode ter sido influenciado pela informalidade, especialmente na agricultura, além de fatores econômicos como os juros e o endividamento, que teve uma queda insuficiente para influenciar no mercado de contratação.

"Do jeito que nós herdamos a gestão do país, eu creio que foi um número razoável. Não vamos comemorar, mas foi um número razoável dentro do primeiro ano de governo", disse Marinho, acrescentando que a tendência para 2024 é haver um aumento na geração de empregos, especialmente pela retomada de projetos de infraestrutura.

RESULTADO

Em dezembro, o Brasil registrou saldo negativo de 430.159 postos de trabalho com carteira assinada. No mês passado, foram 1.502.563 admissões e 1.932.722 demissões, segundo o Caged. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a queda ocorreu devido ao ajuste sazonal realizado no mês.

"Dezembro não é o melhor mês do Caged, pelo contrário, é um mês em que as empresas fazem a rescisão de contratos, especialmente os contratos temporários. E tem também os estados, especialmente [os contratos nas áreas de] educação e saúde, que acabam rescindindo contratos", explicou o ministro Luiz Marinho.

No último mês de 2023, os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos negativos: serviços (-181.913 postos); indústria (-111.006 postos); construção (-75.631 postos); agropecuária(-53.660 postos) e comércio (-7.949 postos).

PRECATÓRIOS

Haddad: governo que paga calote, não pode ser responsável por alta da dívida

FERNANDA TRISOTTO E AMANDA PUPO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou ontem, que o resultado da dívida de 2023, divulgado ontem pelo Tesouro, é consequência do déficit primário e dos juros. Ele também falou sobre os precatórios pagos extraordinariamente em 2023, da ordem de quase R$ 95 bilhões, e que gerou um impacto de quase 1 ponto porcentual no resultado primário - e acrescentou que o governo não pode ser responsabilizado por quitar um calote.

"Foi a primeira vez na história que o governo deu um calote. A dívida já existia, os precatórios já existiam e eles não foram pagos na forma da Constituição. O Supremo Tribunal Federal julgou ilegal a prorrogação para 2027. O governo concordou com o julgamento e pagou um calote. Um governo que paga calote não pode ser responsabilizado nem pelo calote, nem pelo aumento da dívida consequente do pagamento", afirmou.

Ele voltou a afirmar que o governo está botando ordem e dando transparência a problemas herdados em 2022. As declarações foram dadas após o ministro retornar de agenda no Palácio do Planalto, em que foi discutida a criação de uma secretaria para organização da COP-30, que será sediada em Belém, no Pará, no próximo ano.

BC/Focus

Mercado financeiro reduz para 3,81% previsão para inflação de 2024

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução, passando de 3,86% para 3,81% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para os próximos anos – 2025, 2026 e 2027, a projeção da inflação permaneceu em 3,5%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em dezembro de 2023, a inflação do país foi de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, o IPCA fechou o ano passado com alta acumulada de 4,62%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre de 2023, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas.

O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros quatro vezes no semestre passado, em todas as reuniões do Copom.

PIB E CÂMBIO

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano permaneceu em 1,6%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro projeta expansão do PIB também em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano passado a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o IBGE. Entre janeiro e setembro, a alta acumulada foi de 3,2%.

Com o resultado, o PIB está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível de antes da pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019. Os dados do quarto trimestre de 2023, com o consolidado do ano, será divulgado pelo IBGE em 1º de março.

A previsão de cotação do dólar está em R$ 4,92 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R$ 5.

BANCO CENTRAL

Registrato emite 21,5 milhões de relatórios 2023

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Ferramenta do Banco Central (BC) que revela o relacionamento do cidadão com instituições financeiras, o Registrato fechou 2023 com 21,5 milhões de relatórios emitidos. O número representa alta de 64% em relação a 2022, quando 13,1 milhões de consultas haviam sido feitas.

Em nota, o BC atribuiu o aumento da procura a dois fatores. O primeiro é a maior preocupação das pessoas com fraudes e golpes. O segundo é a mudança na linguagem dos relatórios, que se tornaram mais simples e acessíveis ao público, reduzindo a procura nos canais do BC para tirar dúvidas sobre o conteúdo dos documentos.

Segundo o BC, o relatório de Empréstimos e Financiamentos foi o serviço mais procurado dentro do Registrato, com uma média de 700 mil documentos emitidos por mês no ano passado. Em dezembro, esse relatório foi unificado, pois antes havia uma versão resumida e outra detalhada.

Em janeiro de 2022, o Sistema de Valores a Receber, que revela a existência de valores esquecidos no sistema financeiro, chegou a promover a primeira rodada de consultas no Registrato. A procura foi tão grande que o BC criou uma página própria para esse tipo de demanda.

De acordo com o Banco Central, a reabertura do Sistema de Valores a Receber, em março do ano passado, contribuiu para o aumento da procura no Registrato por causa de pessoas que confundiam os dois sistemas. Em outros casos, as pessoas passaram a conhecer o Registrato após fazer a consulta no Valores a Receber.

O BC pretende implementar duas melhorias no Registrato. A primeira diz respeito a uma nova navegabilidade para o usuário, inclusive com melhorias de acessibilidade. A segunda é a notificação ao correntista em caso de abertura e de encerramento de conta em instituições autorizadas pelo BC. Essa última novidade está sendo desenvolvida em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

IMPORTANTE

O BC recomenda que o cidadão acesse o Registrato periodicamente. A consulta exige conta no Portal Gov.br nível prata ou ouro.

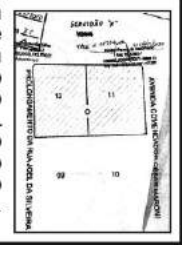
ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 333.0033453-0
4º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 26/01/2024 sob o número AD330030768004, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50
CARVALHO & CARDOSO SERVICO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA LTDA - CNPJ: 23.838.266/0001-03, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias - SMMAPA a Licença de Operação de nº 015/2024, emitida em 26 de Janeiro de 2024. Esta licença é válida até 26 de Janeiro de 2029. Autoriza a empresa para a atividade de Garageamento e Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, com lavagem, lubrificação, oficina para pequenos reparos e manutenção, com ponto de abastecimento, localizado na Rodovia Santos Dumont s/n, Quadra 69, Lotes 01, 02, 03 e 18, Bairro Vila Urussaí, Duque de Caxias- RJ, referente ao processo nº 019/000610/2023.

LSI BRASIL HOLDINGS LTDA.
CNPJ 53.267.300/0001-06 - NIRE 33.2.1300652-6
Extrato da 1ª Alteração do Contrato Social
Valpon, Inc. (CNPJ 08.887.339/0001-63), única sócia da LSI Brasil Holdings Ltda. ("Sociedade") deliberou (i) aprovar a cisão parcial da Ferreira International Ltda. (CNPJ 04.431.781/0001-20 - "Ferreira") mediante incorporação de parte do acervo líquido cindido pela Sociedade, nos termos do Protocolo e Justificação apresentados (Anexo I); (ii) ratificar a contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. para avaliar a parte do acervo líquido incorporado baseado no balanço patrimonial da Ferreira de 5.12.2023; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) aprovar a integralização do capital social e o seu subsequente aumento de R$ 1.000,00 para R$ 25.440.121,00; (v) autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação da cisão parcial. Três Rios, 2.1.2024. Alteração contratual arquivada pela JUCERJA sob o nº 6027743. Publicação em atendimento ao Art. 1.122 do Código Civil.

SECONCI RIO
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO
C.N.P.J.: 32.243.420/0001-95
Rua Pará, 141, Praça da Bandeira – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20271-280
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 07/02/2024
Pelo presente Edital são convocados os associados contribuintes do **SECONCI-RIO** – Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** no próximo dia sete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, na sede da unidade na Rua Pará, 141, Praça da Bandeira – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20271-280 às doze horas em primeira convocação, com presença de, no mínimo, a maioria absoluta dos associados e às doze horas e trinta minutos, em segunda e última convocação com a presença de no mínimo um terço dos associados para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1º - Reforma do Estatuto Social.
Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024.
Rodrigo Goytacaz Cavalheiro - Presidente

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RJ
EDITAL - GUSTAVO ROMEIRO MENDES, OFICIAL SUBSTITUTO DO 9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS desta Comarca da Capital, faz público, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no Artigo 19 da Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979, que pelos proprietários 1) OLMIRO PAULO GIEHL, brasileiro, administrador, nascido em 30/06/1942, filho de Jose Edvino Giehl e de Maria Magdalena Rech Giehl, portador da carteira de identidade nº 610875, expedida pela SSP/PR, em 20/09/66, inscrito no CPF sob o nº 003.749.469/49, endereço eletrônico opgiehl@gmail.com, e sua esposa SÔNIA MARIA GIEHL, brasileira, do lar, nascida em 15/10/1946, filha de Gentil Jordan e de Ines Peccati Jordan, portadora da carteira de identidade no 08273933-5, expedida pelo IFP, em 30/10/86, inscrita no CPF sob o nº 018.519.257/24, endereço eletrônico opgiehl@gmail.com, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a Lei 6515/77, residentes e domiciliados nesta cidade na Rua Alberto de Campos nº 102, apto 102, Ipanema; 2) RICARDO PENA ASSIS, brasileiro, economista, nascido em 15/02/1944, filho de Francisco da Silva Assis e de Ana Claraida Vieira Pena, portador da carteira de identidade nº 3653722, expedida pelo IFP/RJ em 15/12/75, inscrito no CPF sob o nº 012.419.580/68, endereço eletrônico r.p.assis@terra.com.br, e sua esposa GENY TEODORO DE ASSIS, brasileira, do lar, nascida em 25110/1947, filha de Claudiono Teodoro da Silva e de Maria da Conceição, portadora da carteira de identidade nº 09575605-2, expedida pelo IFP em 11/06/90, inscrita no CPF sob o nº 028.607.187/88, endereço eletrônico geny.vilasnovas@terra.com.br, casados pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6515/77, residentes e domiciliados nesta Cidade na Avenida das Américas nº 2300, casa 62, Barra da Tijuca; 3) NICANDRO DURANTE, brasileiro, economista, nascido em 13/09/1956, filho de Marciano Durante e de Giovannina Simeone, portador da carteira de identidade nº 3414887, expedida pela SSP/SP, em 31107/92, inscrito no CPF sob o nº 807.277.948/68, endereço eletrônico nicandro.durante@gmail.com, e sua esposa MARIA ELIETE SENA DURANTE, brasileira, do lar, nascida em 05/05/1956, filha de Clovis Vieira de Sena e de Maria Fernandes de Sena, portadora da carteira de identidade nº 3414388, expedida pela SSP/SC, em 31/07/92, inscrita no CPF sob o nº 101.478.387/97, endereço eletrônico esenadurante@gmail.com, casados pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6515/77, residentes e domiciliados nesta cidade na Rua Almirante Guilhem nº 85, apto 701, Leblon; 4) DANTE JOÃO LETTI, brasileiro, divorciado, não vive em união estável, empresário, nascido em 14/03/1958, filho de Affonso Letti e de Modesta Zanelatto, portador da carteira de identidade nº 26731053-0, expedida pelo Detran/RJ, em 25/03/2008, inscrito no CPF sob o nº 293.770.309/78, endereço eletrônico letti.da@gmail.com, residente e domiciliado em Florianópolis/SC na Alameda Adolfo Konder, nº 1024, apto 1101, Centro; 5) JOSÉ AUGUSTO FERREIRA GOMES, português, empresário, nascido em 06/09/1942, filho de Ismael Gomes Tavares e de Candida Ferreira, portador da carteira de identidade 14491-3, expedida pelo CRC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 042.277.437/53, endereço eletrônico jafg.rj@gmail.com, casado com JUSSARA TEODOSIO FERREIRA GOMES, brasileira, servidora pública, nascida em 12/07/1979, filha de Jair Teodosio e de Leonice da Silva Teodosio, portadora da carteira de identidade nº 00527173800, expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 081.106.777-70, pelo regime da separação legal de bens, na vigência da Lei 6515177, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Vice Presidente José de Alencar nº 1515, bloco 6, apto 1002, Jacarepaguá; 6) CIRLENE DE MATTOS GOMES, brasileira, divorciada, do lar, não vive em união estável, nascida em 10/03/1943, filha de Amador de Mattos e de Maria Moraes Mattos, portadora da carteira de identidade nº 3.224.933-6, expedida pelo IFP/RJ em 16/05/1991, inscrita no CPF/MF sob o nº 011.804.337-42, endereço eletrônico cirlenemgomes@gmail.com, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Newton Cavalcanti nº 36, casa 1, Recreio dos Bandeirantes; 7) JCMCA - ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA, com sede nesta cidade na Avenida Salvador Allende nº 6700, sala 230, parte, Recreio dos Bandeirantes, inscrita no CNPJ sob o nº 01.725.331/0001-51, endereço eletrônico jafg.rj@gmail.com; 8) SERGIO FIAD, brasileiro, advogado, portador da carteira de identidade no 02738732-3, expedida pelo IFP, em 27/02/85, inscrito no CPF sob o nº 543.019.207/49, e sua esposa ELIZABETE FIAD, brasileira, do lar, portadora da carteira de identidade no 03424375-8, expedida pelo IFP, em 11/08/80, inscrita no CPF sob o nº 347.803.437/04, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior à Lei 6515177, residentes e domiciliados nesta cidade na Avenida Lucio Costa, nº 3100, casa 145, Barra da Tijuca; 9) TOPPO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., com sede nesta cidade na Avenida das Américas, nº 13.685, loja 12, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 01.953.927/0001-09; 10) ANNIBAL HARRIS, brasileiro, aposentado, portador da carteira de identidade nº 1953516, expedida pelo IFP, em 10/06/64, inscrito no CPF sob o nº 092.051.367- 00, e sua esposa DELMA EYER HARRIS, brasileira, do lar, portadora da carteira de identidade no 80625702-8, expedida pelo IFP, em 05/10/82, inscrita no CPF sob o nº 078.315.367-87, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a Lei 6515177, residentes e domiciliados em Niterói, RJ, na Praia de Icaraí, nº 251, apto 702, Icaraí; e 11) JULIO LASKA, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade no 02963117-3, expedida pelo Detran/RJ, em 06/06/2005, inscrito no CPF sob o nº 371.625.197-68, e sua esposa MARIA LISDÁLIA LASKA, portuguesa, do lar, portadora da carteira de identidade nº W451748-W, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF sob o nº 443.303.087-20, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6515177, residentes e domiciliados nesta cidade na Avenida Canal de Marapendi, nº 1400, bloco 1, apto 1201, Barra da Tijuca, foi apresentado neste Serviço Registral situado na Av. Nilo Peçanha nº 12 - 6º andar, o **MEMORIAL DE LOTEAMENTO**, plantas e demais documentos relativos aos sítios 11 e 12 da quadra O, situados na Servidão de Passagem K, na Freguesia de Jacarepaguá, melhor descritos e caracterizados nas matrículas 160522 e 160523, conforme certidão nº 75/0106/2023 de 01/06/2023 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - Subsecretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico, do PAL 49533 PAA 12707, aprovado em 09/04/2021 e revalidado em 05/05/2023. Dentro do prazo de 15 dias corridos, a contar da data da terceira e última publicação do presente edital, em meio eletrônico, na forma do Provimento CGJ nº 56/2018 e num dos jornais de circulação diária, aqueles que se julgarem prejudicados com o registro do desmembramento, deverão apresentar sua impugnação a este Serviço Registral. Findo o referido prazo e não havendo impugnação, o MEMORIAL DE LOTEAMENTO será registrado, ficando à disposição dos interessados, neste Serviço Registral, durante o horário regulamentar, a respectiva documentação. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 18 de Janeiro de 2024.
Gustavo Romeiro Mendes - Oficial Substituto.



VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 36º 21º 85% 05:33 18:41

INCA

Instituto Nacional do Câncer sofre ataque hacker e suspende serviços de radioterapia

MARCIO DOLZAN/AE

O sistema de tecnologia do Instituto Nacional do Câncer (Inca), no Rio de Janeiro, sofreu um ataque hacker no sábado passado, que obrigou a instituição a interromper de forma temporária os serviços de radioterapia. Na manhã de ontem, técnicos do Inca ainda trabalhavam para tentar resolver o problema.

De acordo com a instituição, assim que houve a invasão do sistema os programas de segurança internos foram ativados. "Diante do cenário, para assegurar a proteção dos dados internos, foi feita a interrupção dos serviços de tecnologia, evitando danos colaterais", declarou o Inca.

"Neste momento (terça-feira), toda a equipe de tecnologia está concentrada em resolver o problema, trabalhando no processo de recuperação do ambiente e revisando todos os pontos possíveis para que o Instituto volte à sua normalidade", acrescentou o instituto.

O agendamento de novas consultas também está suspenso. Os atendimentos que já estavam programados, por sua vez, estão acontecendo normalmente, "porém com anotações manuais da evolução do paciente, e receitas também à mão", afirmou o Inca.

"As internações, cirurgias, quimioterapias e o funcionamento do CTI continuam normais. O maior impacto foi com o setor de radioterapia, o único que precisou ser suspenso temporariamente", ressaltou o Instituto Nacional do Câncer.

Vinculado ao Ministério da Saúde, o Inca conta com quatro unidades no Rio de Janeiro e oferece tratamento integral a pacientes com câncer, além de desenvolver programas e outras atividades de prevenção e combate à doença.

FERREIRA INTERNATIONAL LTDA.
CNPJ 04.431.781/0001-20 - NIRE 33.2.0671226-7
Extrato da 46ª Alteração do Contrato Social
Valpon, Inc. (CNPJ 08.887.339/0001-63 - "Valpon"), única sócia da Ferreira International Ltda. ("Sociedade") deliberou (i) consignar a liberação do penhor sobre 14.200.755 quotas da Valpon; (ii) aprovar a cisão parcial da Sociedade mediante versão de parte do acervo líquido cindido à LSI Brasil Holdings Ltda. (CNPJ Nº 53.267.300/0001-06 - "LSI Holdings"), nos termos do Protocolo e Justificação apresentados (Anexo I); (iii) ratificar a contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. para avaliar a parte do acervo líquido cindido baseado no balanço patrimonial da Sociedade de 5.12.2023; (iv) aprovar o Laudo de Avaliação; (v) aprovar a redução do capital social de R$ 21.847.315,00 para R$ 9.127.255,00; e (vi) autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação da cisão parcial. Três Rios, 2.1.2024. Alteração contratual arquivada pela JUCERJA sob o Nº 6034323. Publicação em atendimento ao Art. 1.122 do Código Civil.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME Nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 333.0033453-0
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE DEBÊNTURES DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 2024.
1. Data, Hora e Local: Realizada em 09 de janeiro de 2024, de forma exclusivamente remota e digital, com a dispensa de videoconferência em razão da participação dos debenturistas, titulares da totalidade das debêntures em circulação, nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.008.887/0001-83 ("**Companhia**"), localizada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia Botafogo, nº 440, sala 1801, Botafogo, CEP 22.250-040 ("**AGD**"). **2. Presença**: Presentes debenturistas representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação, conforme lista de presença abaixo ("**Debenturistas**"), emitidas no âmbito do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Arcoverde Transmissão de Energia S.A.*", datado de 10 de setembro de 2019, conforme aditado ("**Debêntures , Segunda Emissão**", e "**Escritura de Emissão**", respectivamente). Presentes, ainda, o representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"), e os representantes da Companhia e da V2i Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia Botafogo, nº 440, sala 1.801, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.395.916/0001-00 ("**V2i**"), conforme assinaturas constantes ao final desta ata. **3. Convocação**: Dispensada a publicação de editais de convocação, tendo em vista a presença de debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, nos termos do artigo 71, § 2º, e artigo 124, § 4º, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), conforme se atesta pela assinatura dos presentes nesta ata ("**Assembleia Geral de Debenturistas**"). **4. Mesa**: Presidida pelo Sr. Aymar Ferreira de Almeida Junior, e secretariada pela Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(a)** aprovar a liberação, após a entrega das cartas referentes à Fiança Bancária (conforme enviado abaixo) ao Agente Fiduciário devidamente formalizadas, (1) da alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da Emissora, de titularidade da V2i ("**Alienação Fiduciária de Ações**"), constituída nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*", celebrado entre a V2i, o Agente Fiduciário e o Banco BTG Pactual S.A., com a interveniência anuência da Emissora e da Sterlite Brazil Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.704.797/0001-27, conforme aditado ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**"); e (2) da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios das Cedentes (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária); da totalidade dos direitos e créditos, atuais e futuros, da Emissora em decorrência das Contas Compartilhadas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e das Contas Vinculadas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e dos demais direitos creditórios cedidos ("**Cessão Fiduciária**" e em conjunto com alienação Fiduciária de Ações, as "**Garantias Reais**"), no âmbito do *Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*, celebrado entre a Companhia, a V2i, o Banco BTG Pactual S.A. e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária**" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, ("**Contratos de Garantias Reais**"), condicionada à substituição das garantias Reais por fiança(s) bancária(s) para, em conjunto, garantir o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), emitidas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por instituições financeiras ("**Fiadores**") que possuam rating mínimo de BBB em escala global ou AAA em escala local pela Standard & Poors ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody´s; ou a critério dos Debenturistas, sejam consideradas como instituições financeiras de primeira linha, conforme deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas ("**Critérios Mínimos dos Bancos Fiadores**") (**Fiança Bancária**), sendo que: (i) a Fiança Bancária será firmada por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo I desta ata, que deverão, somados os percentuais das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão) garantidos em cada carta de fiança, garantir o percentual de 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas, devendo ser registrada em cartório de registro de títulos e documentos da sede do respectivo Fiador, (ii) as instituições financeiras prestadoras da Fiança Bancária devem se responsabilizar na qualidade de devedoras solidárias com a Emissora (e não entre si) e principais pagadoras, fora do âmbito da B3, respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, e (iii) a Fiança Bancária deve ser emitida com prazo mínimo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser devidamente renovadas ou substituídas pela Emissora, observados os Critérios Mínimos dos Bancos Fiadores, para que haja Fiança Bancária vigente até a integral liquidação das Obrigações Garantidas; Para fins de esclarecimento, os Debenturistas e a Emissora acordam que a primeira Fiança Bancária será emitida pelo Itaú Unibanco S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF de nº 60.701.190/0001-04, sendo certo que a renovação/substituição da Fiança Bancária nos termos acordados nesta Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser realizada por outra instituição financeira, desde que cumpridos os Critérios Mínimos dos Bancos Fiadores. **(b)** se aprovado o item "a" acima, aprovar a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, substancialmente nos moldes do Anexo II desta ata ("**Aditamento à Escritura de Emissão**"), em até (dois) Dias Úteis contados entrega das cartas referentes à Fiança Bancária pela Emissora ao Agente Fiduciário, para refletir a alteração da espécie das debêntures para "quirografária", retirar quaisquer menções às Garantias Reais e incluir os termos e condições aplicáveis à Fiança Bancária, tendo em vista a matéria disposta no item (a) acima; e **(c)** a autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário, sempre nos limites das deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas, para praticar todo e qualquer ato necessário e recomendável ao atendimento das deliberações aqui previstas, incluindo: (i) a implementação da liberação das Garantias Reais, mediante a entrega das cartas referentes à Fiança Bancária; e (ii) após a entrega das cartas referentes à Fiança Bancária pela Emissora ao Agente Fiduciário, a celebração dos instrumentos necessários, incluindo, mas não se limitando ao, Aditamento à Escritura de Emissão, o termo de liberação das Garantias Reais, caso se faça necessário, um distrato do Contrato de Compartilhamento (ou instrumento equivalente que preveja o fim da vigência do Contrato de Compartilhamento, considerando a liberação das Garantias Reais), sendo certo que outras alterações à Escritura de Emissão, em adição àquelas que venham a ser aprovadas nesta Assembleia dependerão de nova aprovação em sede de Assembleia Geral de Debenturistas. **6. Deliberações**: Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, restou decidido por: **(a)** o Debenturista, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, **aprovou** a liberação das Garantias Reais, mediante a entrega das cartas referentes à Fiança Bancária, sendo que: (i) a Fiança Bancária será firmada por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo I desta ata, que deverão, somados os percentuais das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão) garantidos em cada carta de fiança, garantir o percentual de 100% (cem por cento) das Obrigações Garantidas, devendo ser registradas em cartório de registro de títulos e documentos da sede do respectivo Fiador, (ii) as instituições financeiras prestadoras da Fiança Bancária devem se responsabilizar na qualidade de devedoras solidárias com a Emissora (e não entre si) e principais pagadoras, fora do âmbito da B3, respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, e (iii) a Fiança Bancária deve ser emitida com prazo mínimo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser devidamente renovadas ou substituídas pela Emissora, observados os Critérios Mínimos dos Bancos Fiadores, para que haja Fiança Bancária vigente até a integral liquidação das Obrigações Garantidas; Para fins de esclarecimento, os Debenturistas e a Emissora acordam que a primeira Fiança Bancária será emitida pelo Itaú Unibanco S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF de nº 60.701.190/0001-04, sendo certo que a renovação/substituição da Fiança Bancária nos termos acordados nesta Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser realizada por outra instituição financeira, desde que cumpridos os Critérios Mínimos dos Bancos Fiadores. **(b)** o Debenturista, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção **aprovou a** celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados entrega das cartas referentes à Fiança Bancária pela Emissora ao Agente Fiduciário, para refletir a alteração da espécie das debêntures para "quirografária", retirar quaisquer menções às Garantias Reais e incluir os termos e condições aplicáveis à Fiança Bancária, tendo em vista a matéria disposta no item (a) acima; **(c)** o Debenturista, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, **autorizou** a Emissora e o Agente Fiduciário, sempre nos limites das deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas, a praticar todo e qualquer ato necessário e recomendável ao atendimento das deliberações aqui previstas, incluindo: (i) a implementação da liberação das Garantias Reais, após a entrega das cartas referentes à Fiança Bancária pela Emissora ao Agente Fiduciário; e (ii) após a entrega das cartas referentes à Fiança Bancária pela Emissora ao Agente Fiduciário, a celebração dos instrumentos necessários, incluindo, mas não se limitando a, o aditamento à Escritura de Emissão, o termo de liberação das Garantias Reais, caso se faça necessário, um distrato do Contrato de Compartilhamento (ou instrumento equivalente que preveja o fim da vigência do Contrato de Compartilhamento, considerando a liberação das Garantias Reais), sendo certo que outras alterações à Escritura de Emissão, em adição àquelas ora aprovadas nesta Assembleia, dependerão de nova aprovação em sede de Assembleia Geral de Debenturistas. A Companhia ora declara que obteve a anuência do Banco BTG Pactual S.A. ("**Banco BTG**") e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("**BNB**") para: *(i)* a liberação das Garantias Reais pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, *(ii)* a contratação da Fiança Bancária pela Emissora e *(iii)* a celebração dos documentos necessários para formalizar referidas liberação e contratação, tais como aditamento à Escritura de Emissão e contrato(s) de prestação de garantia com os Fiadores. Ademais, a Companhia ora declara que não foi cobrada comissão de anuência ou qualquer outro tipo de taxa ou *waiver fee* pelos Debenturistas com relação à análise e/ou concessão das anuências objeto das matérias deliberadas nesta Assembleia Geral de Debenturistas. A Companhia informa que a presente assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81. Os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam aqui definidos têm os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. As deliberações acima estão restritas apenas à Ordem do Dia e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Companhia e da V2i, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta Assembleia Geral de Debenturistas, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. **7. Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 09 de janeiro de 2024. Aymar Ferreira de Almeida Junior - Presidente; Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Secretária. Companhia: **ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.** - ANA PAULA POUSA BACALTCHUC DE SALLES FONSECA; VAGNER ALEXANDRE SERRATO. **V2i: V2i ENERGIA S.A.** - ANA PAULA POUSA BACALTCHUC DE SALLES FONSECA; VAGNER ALEXANDRE SERRATO. **Agente Fiduciário**: ANDRE SOARES PASTORI - **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 26/01/2024 sob o número 00006048622, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

VIOLÊNCIA

Estado tem queda nos feminicídios após 2 anos

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro teve em 2023 a primeira redução de casos de feminicídio após dois anos de alta. Dados do Instituto de Segurança Pública, vinculado ao governo estadual, mostram que houve 99 registros oficiais deste tipo de crime em 2023, contra 111 em 2022, o que representa uma queda de 10,8%.

O número de casos de assassinatos baseados em motivações misóginas estava em alta desde 2021, quando aumentou para 85 casos, e chegou em 2022 ao maior patamar de sua série histórica.

Segundo o governo fluminense, o Departamento-Geral de Polícia de Atendimento à Mulher (Dgpam) da Polícia Civil efetivou 22,8 mil medidas protetivas no ano passado, com 137 armas apreendidas e 943 prisões, entre flagrantes e mandatos. Além disso, foram indiciadas mais de 12,2 mil pessoas. O estado tem 14 Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam) funcionando 24 horas por dia.

O governo do Rio atribui a diminuição dos feminicídios a medidas de prevenção adotadas, como a Patrulha Maria da Penha, que já acompanhou mais de 63 mil mulheres em quatro anos, e o aplicativo Rede Mulher, que tem um botão que aciona o número 190, para denúncias, diretamente.

Outra medida destacada é o monitoramento de agressores. A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) acompanha, por meio da Central de Monitoração, 134 potenciais agressores com histórico de violência doméstica, por meio de tornozeleiras eletrônicas. As mulheres que são seus possíveis alvos têm à disposição o botão do pânico para mulheres vítimas desse tipo de crime. Em 2023 essa ferramenta foi acionada 91 vezes.

Nota

INGRESSOS DO CARNAVAL COMEÇAM A SER VENDIDOS HOJE

Os ingressos populares para os desfiles das escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro começam a ser vendidos nesta quarta-feira. Os ingressos para as arquibancadas dos setores 12 e 13 do Sambódromo carioca começam a ser vendidos a partir das 9h. O valor é a partir de R$ 5 (meia entrada).

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 21/2023 no dia 20/02/2024 às 11h00min. – Objeto: Contratação de serviços continuado de Vigilância Patrimonial e Segurança Desarmada, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela do Termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Processo nº 33433.160440/2022-06. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.0033425-4
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 01/01/24, 10h00, sede da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte); 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, RJ/RJ, por meio de videoconferência. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente – Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário – Leandro da Silva Reis. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a renúncia do Sr. Murilo Magalhães Nogueira ao cargo de Diretor Técnico da Companhia; e (ii) a eleição do Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, para o cargo de Diretor Técnico da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: Na forma do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o Conselho de Administração: **(i)** aceitou a renúncia apresentada pelo Sr. Murilo Magalhães Nogueira ao cargo de Diretor Técnico da Companhia, conforme respectivo Termo de Renúncia (Anexo I); e **(ii)** aprovou a eleição e posse do Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade n.º M- 7408238, expedida por SSP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.448.056-50, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, CEP: 20.030-021, ao cargo de Diretor com designação específica de Diretor Técnico da Companhia, com mandato unificado com o Diretor Administrativo e Financeiro, ou seja, até o dia 03/03/24, conforme respectivo Termo de Posse (Anexo II). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO**: Encerradas as deliberações, esta ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **MESA**: **Carlos Eduardo Assumpção Olesko** - Presidente; **Leandro da Silva Reis** - Secretário. RJ, 01/01/24. **Frederich Einstein Alves da Silva.** Jucerja nº 6056805 em 29/01/2024.

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME: 32.398.119/0001-50 - NIRE: 33.3.0032928-5
Ata de Reunião do Conselho de Administração: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 01/01/24 às 10:30 horas, na sede social da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, nº 231 – sala 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência. **3. MESA**: Presidente – Carlos Eduardo Assumpção Olesko; Secretário – Leandro da Silva Reis. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre (i) a renúncia do Sr. Murilo Magalhães Nogueira ao cargo de Diretor Técnico da Companhia; e (ii) a eleição do Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, para o cargo de Diretor Técnico da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: Na forma do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o Conselho de Administração: **(i)** aceitou a renúncia apresentada pelo Sr. Murilo Magalhães Nogueira ao cargo de Diretor Técnico da Companhia, conforme respectivo Termo de Renúncia (Anexo I); e **(ii)** aprovou a eleição e posse do Sr. Frederich Einstein Alves da Silva, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade n.º M- 7408238, expedida por SSP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.448.056-50, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, CEP: 20.030-021, ao cargo de Diretor com designação específica de Diretor Técnico da Companhia, com mandato unificado com o Diretor Administrativo e Financeiro, ou seja, até o dia 16/11/24, conforme respectivo Termo de Posse (Anexo II). Fica a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente nos órgãos próprios. **6. ESCLARECIMENTOS**: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária. Certificamos que a presente é cópia fiel e confere com a via original lavrada em livro próprio. **7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 01/01/24. **MESA**: Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário.** Jucerja nº 6056850 em 29/01/24 .

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RJ
Edital - Gustavo Romeiro Mendes, Oficial, Substituto do 9º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca da Capital, faz público, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no Artigo 19 da Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979, que pela proprietária Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, CNPJ: 33.342.023/0001-33, com sede nesta cidade à Avenida das Américas, 4430, 2º andar Grs. 201/202, com a anuência de 1) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ: 36.113.876/0001-91, com sede nesta cidade; 2) Caixa Econômica Federal, CNPJ: 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF; 3) Banco Guanabara S.A., CNPJ: 31.880.826/0001-16, com sede nesta cidade; 4) Banco Safra S.A., CNPJ: 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo/SP; 5) Banco Voiter S.A., CNPJ: 61.024.352/0001-71, com sede em São Paulo/SP na qualidade de fiduciárias de algum dos lotes descritos abaixo, apresentou neste Serviço Registral situado na Av. Nilo Peçanha nº 12 - 6° andar, o **Memorial de Loteamento**, planta e demais documentos relativos aos lotes 1 a 8, escola, ETE, áreas comuns condominiais e área 4 para serviços públicos da quadra A; lotes 1 a 4 e área comum condominial da quadra B, lotes 1 a 4, 5 (escola), 6 (clube) e área comum condominial da quadra C, lotes 1 a 4 e área comum condominial da quadra D, lotes 1 a 12 e praças da quadra E, lotes 1 (escola), 2 a 4, área 1 (praça privativa) e área 3 para serviços públicos da quadra F, lotes 1 a 11, 12 (escola), 13 a 17, área comum condominal e servidão de passagem da quadra G, lotes 1 a 9, área livre e ETE da quadra H, lotes 1 a 8 e 9 (escola) da quadra I, lotes 1 a 8, 9 (escola), 10 e 11 (clube), área 2 para Praça Privativa e ETE da quadra J, lotes 1 a 6, 7 (escola) e ETE da quadra L, bem como as ruas de 1 a 11, todos os citados imóveis do PAL 37.950, da Freguesia de Jacarepaguá, descritos e caracterizados nas matrículas 125707 a 125714, 101692, 101160, 101695, 101693, 101161, 101162, 101163, 101164, 97631, 101165, 125715, 125716, 125717, 125718, 101166, 101167, 101168, 101169, 101170, 101171,101172, 101173, 125719, 125720, 125721, 125722, 101175, 101176, 101177, 101694, 101174, 125723 a 125733, 97632, 125734, 101696 a 101699, 125735 a 125737, 100086 a 100091,101178, 101700, 101701, 101703, 101704, 101702, 101691, 101705, 97633, 101179 a 101182, 125738 a 125741, 97634, 125742 a 125750, 97635, e 97636, conforme certidão nº 362850 de 20/09/2019 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, do PAL 49.260 do PAA 12.627, aprovado em 26/08/2019. Dentro do prazo de 15 dias corridos, a contar da data da terceira e última publicação do presente edital, em meio eletrônico, na forma do Provimento CGJ nº 56/2018 e num dos jornais de circulação diária, aqueles que se julgarem prejudicados com o registro do desmembramento, deverão apresentar sua impugnação a este Serviço Registral. Findo o referido prazo e não havendo impugnação, o **Memorial de Loteamento** será registrado, ficando à disposição dos interessados, neste Serviço Registral, durante o horário regulamentar, a respectiva documentação. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 25 de Janeiro de 2024. Gustavo Romeiro Mendes. Oficial Substituto. Av. Nilo Peçanha, nº 12, 6° andar, Centro, Rio de Janeiro,RJ, CEP: 20020-100, Tel.: (21) 2533-6430.

ARAPONGAGEM

Lula decide exonerar diretor adjunto da Abin

VERA ROSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu ontem o diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alessandro Moretti. A dispensa ocorreu um dia após a operação da Polícia Federal que fez buscas em endereços do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho de Jair Bolsonaro. Moretti é muito ligado ao ex-presidente. Diligências da PF indicaram que tanto ele como outros integrantes da cúpula da Abin dificultaram as apurações e estariam agindo em conluio com servidores investigados.

O *Estadão* apurou que o novo diretor adjunto será Marco Cepik, diretor da Escola de Inteligência da Abin, responsável pela formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da agência.

No relatório enviado ao Supremo Tribunal Federal que serviu de base para a Operação Vigilância Aproximada, a PF diz que Moretti, ainda no governo Bolsonaro, se reuniu com servidores e afirmou que a investigação sobre "Abin paralela" tinha "fundo político e iria passar".

Com sua saída, é cada vez mais forte a pressão para que Lula demita toda a cúpula da Abin e reformule radicalmente a instituição. Nos bastidores, ministros do STF cobram do presidente a substituição do diretor da agência, Luiz Fernando Corrêa. Os magistrados dizem não ver explicação para o fato de Corrêa ter escalado Moretti, conhecido por suas ligações com Bolsonaro, para ser seu braço direito na Abin. Dois desses ministros fizeram chegar ao Palácio do Planalto a avaliação de que Corrêa tem "responsabilidade política".

Movimento semelhante ocorre também no Congresso. "É uma situação política grave", admitiu o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). "A Abin deve passar por uma profunda reformulação e deixar de ser polícia política, que fica bisbilhotando adversários. Do jeito que está, a agência virou um SNI secreto", emendou o deputado, numa referência ao Serviço Nacional de Informações, que funcionou na época da ditadura militar.

GSI

PF intima general golpista Heleno para depor sobre 'Abin paralela'

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal (PF) intimou o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para prestar depoimento na investigação sobre o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele é esperado na próxima terça-feira, na sede da PF em Brasília.

A Abin fez parte da estrutura administrativa do GSI enquanto Heleno esteve no cargo. A agência passou para o guarda-chuva da Casa Civil em março de 2023, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A Abin é o principal órgão do sistema de inteligência federal e tem como atribuição produzir informações estratégicas sobre temas sensíveis, como ameaças à democracia e às fronteiras, segurança das comunicações do governo, política externa e terrorismo. Para a PF, a agência foi instrumentalizada no governo Bolsonaro e usada para atender interesses privados do grupo político do ex-presidente.

A Polícia Federal acredita que aliados de Bolsonaro infiltrados na Abin faziam parte de um grupo mais amplo responsável por uma espécie de serviço clandestino de "contrainteligência".

A Polícia Federal deflagrou na segunda-feira passada Operação Vigilância Aproximada para identificar os "principais destinatários e beneficiários" de informações produzidas clandestinamente pela Abin. Um dos alvos foi o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente.

Mensagens obtidas pelos investigadores apontam que Carlos Bolsonaro usava assessores para obter dados ilegais por meio de servidores ligados ao ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem.

Os agentes cumpriram mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em Brasília, Formosa (GO) e Salvador (BA).

PF

Cariani e sócia 'tinham controle total' sobre produtos desviados para tráfico

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal em São Paulo concluiu que o influenciador fitness Renato Cariani e sua sócia Roseli tinham 'total controle sobre a venda, pagamento e saída dos produtos químicos' da empresa Anidrol, pivô de um suposto esquema que desviou 12 toneladas de produtos químicos para produção de drogas - cocaína e crack. A corporação concluiu neste mês o inquérito da Operação Hinsberg e reforçou o indiciamento de Cariani por tráfico equiparado, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro.

Desde a abertura da ofensiva, Cariani nega irregularidades em sua empresa. Quando as diligências foram cumpridas, em dezembro, o influenciador se classificou como uma outra 'vítima' das fraudes. A reportagem busca contato com a defesa do influenciador. O espaço está aberto para manifetações.

O relatório conclusivo foi encaminhado ao Ministério Público Federal que pode, ou não, denunciar os investigados da Hinsberg. Além de Cariani e sua sócia, foi indiciado Fábio Spinola Mota, apontado como 'amigo' do influenciador fitness. Ele seria responsável, segundo a PF, por 'esquematizar o repasse dos insumos à preparação de drogas'.

"Como resultado da investigação desenvolvida até o momento, confirmaram-se os indícios da efetiva existência e atuação de um grupo criminoso, cujo modus operandi consiste em utilizar interpostas pessoas como depositantes de dinheiro em espécie, sob responsabilidade da LBS, Astrazeneca e Cloroquímica, para a Anidrol e Quimiteste, com vistas a justificar a saída dos produtos químicos para o narcotráfico", escreveu o delegado Vitor Beppu Vivaldi em despacho assinado no último dia 10.

O trio indiciado foi alvo de diligências em ofensiva aberta em dezembro. Na ocasião, a PF chegou a pedir a prisão dos investigados, mas a medida foi negada pela Justiça. À época, a PF narrou que a empresa pertencente a Cariani teria lucrado ao menos R$ 3,7 milhões com a venda de insumos para o tráfico de drogas.

Agora, os investigadores narram a Procuradoria que foi possível 'reunir elementos que evidenciaram a materialidade e indícios de autoria em torno do crime de vender, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, produto químico destinado à preparação de drogas'.

"É fato que os produtos químicos das 60 notas fiscais emitidas, de forma fraudulenta, saíram da Anidrol e Quimietest. Fraudulenta, uma vez que restou comprovado que as pessoas jurídicas que constam nos documentos fiscais como compradoras não participaram das transações e seus dados foram utilizados ilicitamente para promover os desvios. Os produtos foram retirados da sede das empresas vendedoras por pessoas sem a documentação legal exigida tanto para o transporte como para a aquisição dos insumos", narrou a PF.

A corporação destacou como os químicos que contam nas notas fiscais sob suspeita 'são imprescindíveis à preparação de drogas'. "Embora os fármacos possuam fins lícitos, a investigação jogou luz nas ações da associação criminosa que indicam o destino criminoso das substâncias", frisaram os investigadores.

FALANDO M

Zema: homens brancos, heterossexuais e bem-sucedidos são rotulados de 'carrascos'

PEDRO AUGUSTO
FIGUEIREDO/AE

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), fez um discurso ontem, sobre o perigo de rotular grupos de pessoas conforme orientação sexual, gênero e raça no Brasil. Ao tratar do tema, disse que "homens brancos, heterossexuais e bem-sucedidos" são rotulados como "carrascos".

A declaração ocorreu durante o lançamento de um programa que prestará apoio à mulheres vítimas de violência, especialmente importunação sexual, durante o carnaval.

Zema argumentava que trabalha para tornar o carnaval mineiro um produto diferenciado dos demais, com foco em garantir a segurança e tranquilidade dos foliões, quando comparou seu governo à empresa que presidia antes de entrar para a vida pública. Segundo o governador, o grupo Zema está entre os melhores para se trabalhar no Brasil porque os colaboradores, entre eles mulheres, negros e LGBTs, são tratados com respeito.

"E é muito perigoso rotular. No Brasil, a coisa mais comum que acontece é rotular: se alguém é homem, branco, heterossexual e bem-sucedido, pronto: rotulado de carrasco. Parece que não pode ser humano. Mas, pode, sim. Dá para ser humano. Qualquer rótulo é perigoso. Há político honesto e desonesto; empresário honesto e desonesto", declarou Zema. "Temos que começar a ver cada caso como um caso. Perigosíssimo essa questão de rotular".

Intitulado "Acolhe minas", em um trocadilho entre o nome do Estado e a gíria para se referir às mulheres, o programa do governo mineiro oferecerá espaços para acolhimento, atendimento psicossocial, suporte emocional, orientação jurídica e encaminhamentos durante as festividades.

O carnaval de Belo Horizonte cresceu nos últimos anos a ponto de se tornar um dos principais eventos no calendário turístico de Minas Gerais. Tradicionalmente, o protagonismo político e a organização são da prefeitura, mas neste ano Zema tem buscado dividir as atenções com mais medidas direcionadas especificamente para o evento, o que gerou rusgas com o prefeito da capital mineira, Fuad Noman (PSD-MG).

JÁ FORA DA ABIN

PF investiga se Ramagem atendeu pedido de Carlos

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal (PF) investiga se, mesmo fora da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem tinha acesso aos sistemas e atendia a pedidos da família do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Dois indícios acenderam o alerta dos investigadores. O primeiro foi a apreensão de um notebook e de um celular da Abin com Ramagem na última quinta-feira, na Operação Vigilância Aproximada. Ele deixou o comando da agência em 31 de março de 2022, ou seja, há quase dois anos.

A Abin disse ao *Estadão* que não deu falta dos equipamentos e que a responsabilidade de devolver o material era do então diretor. A agência alega que ele perdeu acesso aos sistemas quando se desligou da instituição. Ramagem, por sua vez, disse em entrevista à GloboNews que os dispositivos não eram usados há mais de três anos.

O segundo indício que levou a PF a desconfiar que Ramagem pudesse ter algum meio de obter informações, via Abin, é o pedido feito pelo vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), por meio de uma assessora, para conseguir dados de inquéritos de interesse da família Bolsonaro. A servidora diz que precisa "muito de uma ajuda", informa o número das investigações e acrescenta que elas envolveriam o "PR (presidente da República) e 3 filhos".

A conversa aconteceu após outubro de 2022, meses após Ramagem deixar a Abin para disputar as eleições. Ele foi eleito deputado federal.

A PF busca descobrir se, mesmo fora da agência, Ramagem usou clandestinamente suas credenciais para acessar os sistemas de inteligência. Outra hipótese é a de que ele tenha se valido de aliados na Abin para conseguir informações. Sete policiais federais que auxiliavam Ramagem no órgão foram afastados por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Abin é o principal órgão do sistema de inteligência federal e tem como atribuição produzir informações estratégicas sobre temas sensíveis, como ameaças à democracia e às fronteiras, segurança das comunicações do governo, política externa e terrorismo. Para a PF, a agência foi instrumentalizada no governo Bolsonaro e usada para atender interesses privados do grupo político do ex-presidente.

A Polícia Federal acredita que aliados de Bolsonaro infiltrados na Abin faziam parte de um grupo mais amplo responsável por uma espécie de serviço clandestino de "contrainteligência".

EDUCAÇÃO

Fim de novo ensino médio deve ser proposto por conferência

LUIZ CLAUDIO
FERREIRA/ABRASIL

O documento final da Conferência Nacional da Educação, que deve ser entregue ao ministro Camilo Santana, da Educação, na segunda semana de fevereiro, vai propor a revogação do novo ensino médio. A informação é do coordenador do Fórum Nacional da Educação (FNE), Heleno Araújo. Além disso, conforme explica, são necessárias ações de combate às desigualdades com financiamento da educação e pelo menos 10% do PIB brasileiro para a área. O documento, segundo o governo federal, deve orientar o projeto de lei para um Plano Nacional da Educação nos próximos 10 anos.

"A tendência do documento final é trabalhar uma visão sistêmica da educação brasileira com estratégias, propostas e metas, pensando da creche à pós-graduação. Revogar o novo ensino médio faz parte desse processo, que apenas atua em uma etapa, sem preparar uma formação integral e humana para o conjunto da educação em nosso país", explicou o professor, que atua na educação básica em Pernambuco.

Ele exemplificou que as desigualdades de acesso fazem com que 2 milhões de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, estão sem acesso à escola, além dos 74 milhões que não concluíram a educação básica. "Há 40 milhões de matrículas e temos 76 milhões de fora, ou seja, quase o dobro do que nós temos de pessoas na escola. É preciso garantir que as pessoas acima de 18 anos possam voltar para a escola."

PARA SAIR DO PAPEL

O coordenador do FNE afirma que o documento pedirá planejamento e continuidade da aplicação das políticas educacionais, independentemente de quem está na gestão de um município. "A legislação brasileira prevê a obrigação de todas as pessoas dos 4 aos 17 anos estarem na escola". Ele explica que o novo plano de educação precisa sair do papel e ser viável.

Araújo acrescentou que o documento deve defender a efetividade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para que os municípios alcancem objetivos e metas para receber repasses da União. "Há, por exemplo, muitos professores temporários. É necessário ter metas para estimular que municípios e estados cumpram as estratégias e que haja continuidade e segurança para quem trabalha com educação pública".

RECURSOS

O documento, afirma Heleno Araújo, deve defender recursos equivalentes a 10% do PIB - Produto Interno Bruto - (representa a soma total de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, como uma cidade, estado ou país brasileiro) para a educação. "É necessário ampliar o investimento para atender à demanda. No atual plano de educação, se colocava no ano de 2020 chegar a 7% do PIB. Em 2022, era só 5%. Em 2014, era 6%. Houve um retrocesso. Por isso, a conferência pretende apresentar estratégias e fontes para buscar essas fontes de financiamento para poder garantir esse crescimento."

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Outro ponto a ser trazido no documento é a defesa da educação integral na rede pública. Ele explica que a defesa não é a obrigatoriedade do estudante ficar o dia todo na escola, mas que contemple um currículo em que existam disciplinas a serem desenvolvidas além dos muros da escola.

"O teatro municipal, o coreto, o ginásio ... tudo são instrumentos públicos que podem ser integrados no currículo escolar, na perspectiva da cultura e do esporte, por exemplo".

VERÃO: Sol e aumento de nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 21º 65% 05:45 18:56

OBRA DO SÉCULO

Lula e Tarcísio chegam a acordo sobre túnel Santos-Guarujá de R$ 6 bi

CAIO SPECHOTO
E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou ontem, fotos com o governador de São Paulo, o bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos). Os dois tiveram uma reunião mais cedo e chegaram a um acordo sobre a construção do túnel Santos-Guarujá. Trata-se de uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, e um assunto sensível no Estado de São Paulo.

"Conversamos sobre a parceria para transformar em realidade um sonho de 100 anos: a obra do túnel Santos-Guarujá, integrando a Baixada Santista. Um grande projeto de R$ 6 bilhões", disse Lula em seu perfil no X, antigo Twitter. "Também falamos de outros projetos, como o trem São Paulo-Campinas e a expansão de Institutos Federais no Estado de São Paulo. Queremos construir 100 novos IFs em todo o Brasil ainda no nosso mandato", afirmou o presidente da República.

As fotos dos dois políticos foram publicadas na mesma postagem em que Lula deu as declarações.

EPIDEMIA

SP tem sete mortes por dengue em 2024

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A dengue matou sete pessoas no estado de São Paulo até o dia 20 de janeiro, de acordo com os dados do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do Estado de São Paulo. Há um caso registrado no município de Bebedouro, um em Jacareí e dois em Pindamonhangaba. Segundo o balanço, até a terceira semana epidemiológica de 2024, foram confirmados 10.728 casos de dengue em todo o estado. No mesmo período de 2023 foram 8.466 casos e oito mortes registradas.

Além dos quatro óbitos reportados pelo CVE, as cidades de Bebedouro, Jacareí e Dois Córregos confirmaram a morte de mais três pessoas infectadas pelo vírus. Entretanto, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, diz que esses casos ainda não aparecem no balanço porque devem entrar na atualização que inclui a próxima semana epidemiológica.

Na segunda-feira passada, a prefeitura de Jacareí publicou decreto que coloca o município em estado de emergência e alerta epidemiológico por causa do aumento significativo nos casos de dengue nos últimos dias. O decreto permite ao poder público adotar todas as medidas administrativas necessárias para conter o avanço da doença, como a contratação de serviços, aquisição de material e autorização para combater os focos de proliferação do mosquito.

A prefeitura de Dois Córregos, que confirmou a primeira morte por dengue na cidade no último sábado, iniciou ontem um "arrastão" em todos os bairros com os agentes entrando na casa dos moradores para ajudar na eliminação dos criadouros e na retirada de objetos inservíveis que podem acumular água. A cidade já registra 362 casos de dengue.

Na capital paulista, os casos confirmados já chegam a 1.792, de acordo com dados atualizados na segunda-feira. Não houve nenhum óbito na cidade. Em todo o país, os casos prováveis chegam a 217.481, com 15 mortes confirmadas e mais 149 em investigação.

A prefeitura de São Paulo informou que investe fortemente em ações para combater a dengue e que, além de aumentar de 2 mil para 12 mil o número de agentes nas ruas, adquiriu 15 mil litros de inseticidas para a nebulização (fumacê) contra o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença.

Em nota, a prefeitura diz que já realizou neste ano 256.127 mil ações de prevenção ao *Aedes aegypti* – em 2023, foram 5.317.437. As ações incluem visitas casa a casa, vistoria de imóveis e pontos estratégicos, bloqueio de criadouros e nebulizações e orientações à população.

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo enviou ontem ofício à ministra da Saúde, Nísia Trindade, solicitando o envio imediato de doses do imunizante contra a dengue para a capital paulista, que registra alta no número de casos da doença no início deste ano.

Para eliminar os criadouros do mosquito, especialistas recomendam que a população substitua ou use pratos de planta justos ao vaso, não permita acúmulo de água; descarte pneus usados em postos de coleta da prefeitura de sua cidade; retire objetos que acumulem água de quintais, como potes e garrafas; verifique possíveis vazamentos em qualquer fonte de água. É preciso ainda tampar ralos; manter o vaso sanitário sempre fechado; identificar sinais de umidade em calhas e lajes; verificar a presença de organismos vivos em águas de piscinas ou fontes ornamentais.

Os criadouros do *Aedes* aegypti são os locais onde os mosquitos depositam seus ovos e as larvas se desenvolvem até se tornarem mosquitos adultos. "A eliminação é uma estratégia fundamental no controle da proliferação do *Aedes* e prevenção das doenças que ele transmite. Alguns exemplos de criadouros são recipientes de água parada, pratos de plantas, calhas entupidas, lixeiras e caixas d'água mal vedadas, além de piscinas ou fontes sem os devidos cuidados", disse a coordenadora em Saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças do Estado de São Paulo, Regiane de Paula.

VACINA

O Sistema Único de Saúde (SUS) começará em breve a oferecer vacinas contra a dengue, mas dentro de alguns critérios definidos pelo Ministério da Saúde, por causa do número insuficiente de doses devido à capacidade limitada de produção do laboratório. Segundo o ministério, os critérios foram definidos junto com representantes de estados e municípios, levando em consideração recomendações da Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

"A definição da estratégia foi feita a partir da análise da situação epidemiológica nas regiões de saúde do Brasil. Essas divisões correspondem às localidades formadas por municípios fronteiriços que compartilham identidades culturais, econômicas e sociais, redes de comunicação e infraestrutura de transportes. A finalidade dessas regiões é integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde", diz o ministério.

VENEZUELA

EUA retomam sanções contra setor energético e minerador

MARIA LÍGIA BARROS/AE

Os Estados Unidos informaram que não vão renovar a medida de alívio às sanções contra o setor de petróleo e gás da Venezuela - a General License 44, anunciada em outubro passado. O motivo, disse o governo americano em comunicado, foram ações do governo Nicolás Maduro como a prisão de membros da oposição democrática e a proibição de candidatos da disputa eleitoral deste ano.

"Sem progresso entre Maduro e seus representantes e a Plataforma Unitária da oposição, particularmente em permitir que todos os candidatos presidenciais concorram nas eleições deste ano, os Estados Unidos não renovarão a licença quando ela expirar em 18 de abril de 2024", declarou o porta-voz Matthew Miller, do Departamento de Estado dos EUA.

A Casa Branca também está revogando a licença General License 43, que liberava transações envolvendo a Minervan, mineradora estatal venezuelana de ouro. "Os cidadãos dos EUA terão 14 dias para encerrar quaisquer transações que tenham sido previamente autorizadas por essa licença".

CISJORDÂNIA

'Terroristas' de Israel se disfarçam de médicas e matam homens em hospital

Agentes secretas israelenses disfarçadas de mulheres civis e médicas invadiram um hospital ontem, na cidade de Jenin, na Cisjordânia, e mataram três terroristas do Hamas em um ataque dramático que ressaltou como a violência se espalhou pelo território devido à guerra em Gaza.

O ministério da Saúde palestino disse que as forças israelenses atacaram palestinos dentro da ala de enfermaria do Hospital Ibn Sina, na cidade de Jenin. O ministério condenou o ataque e apelou à comunidade internacional para que pressione o Exército de Israel a suspender operações em hospitais. Um porta-voz do hospital afirmou que não houve troca de tiros, indicando que foi um assassinato seletivo.

Imagens supostamente de câmeras de segurança do hospital que circularam nas redes sociais mostraram cerca de uma dúzia de agentes de segurança, a maioria delas armadas, vestidas com hijabs na cabeça ou funcionárias do hospital em uniformes médicos..

CISJORDÂNIA

Desde o inicio da guerra entre Israel e o grupo Hamas, as forças israelenses entraram diversas vezes na Cisjordânia com o intuito de prevenir atividades terroristas e mataram mais de 380 palestinos, segundo o Ministério da Saúde palestino. A maioria dos palestinos morreu após confrontos com o Exército israelense.

Tel-Aviv apontou que prendeu mais de 3 mil pessoas desde o início da guerra. O Exército afirmou que matou no hospital em Jenin o terrorista Mohammed Jalamneh, de 27 anos, que estava planejando um ataque terrorista. Além disso, os irmãos Basel e Mohammed Ghazawi também foram mortos.

O porta-voz do hospital, Tawfiq al-Shobaki, apontou que nunca as forças israelenses tinham matado pessoas dentro de hospitais em Jenin. "Eles já prenderam pessoas, mas nunca haviam assassinado alguém dentro do hospital."

Hamas afirma que está estudando proposta de trégua com Israel para libertação de reféns

O grupo Hamas afirmou ontem que está estudando a proposta apresentada em Paris sobre um cessar-fogo na guerra com Israel na Faixa de Gaza. O líder do gabinete político do Hamas, Ismail Haniyeh, disse que o movimento recebeu a proposta que foi apresentada na reunião (de Paris) e que (o Hamas) está estudando para dar uma resposta,

"O movimento está aberto a discutir qualquer iniciativa ou ideia séria e prática, desde que conduza a uma cessação integral da agressão", disse Haniyeh em comunicado. O líder do Hamas afirmou ainda que qualquer acordo com Israel deve garantir o regresso às suas casas dos quase dois milhões de habitantes de Gaza que estão deslocados pela violência, a maioria deles na área de Rafah, na fronteira com o Egito.

Além disso, Haniyeh exigiu um processo sério de troca de prisioneiros, depois que no acordo de trégua anterior, alcançado em novembro e que durou uma semana, o Hamas entregou 105 reféns em troca da libertação de 240 presos palestinos.

A proposta apresentada pelo Catar ao Hamas foi construída em negociações no domingo, 28, em uma reunião que contou com o diretor da CIA, Bill Burns, o chefe da agência de inteligência Mossad de Israel, David Barnea, o primeiro-ministro do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani, e o chefe da inteligência egípcia, Abbas Kamel.

Na estrutura apresentada, o Hamas libertaria reféns idosos, mulheres e crianças, se algum ainda estiver detido e vivo, durante o período de pausa de seis semanas, disseram as autoridades, que concordaram em falar sob condição de anonimato ao *The New York Times*.

Algumas autoridades israelenses dizem que o número de reféns que se qualificariam para a primeira libertação é de 30 a 35, mas isso é uma estimativa e os negociadores não sabem o número real. Não está claro se as mulheres soldados seriam incluídas nos reféns libertados na parcela em discussão. Isso poderia ser resolvido em negociações de detalhes, se as negociações chegarem a esse ponto.

AUTODEFESA

Lagarde: UE deve se preparar para ameaças à economia caso Trump vença eleições

MARIA LÍGIA BARROS/AE

Presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde afirmou que a Europa terá de se preparar para possíveis "ameaças" à economia, incluindo novas tarifas dos Estados Unidos sobre exportações europeias, caso o ex-presidente norte-americano Donald Trump retorne à Casa Branca. A afirmação foi feita em entrevista à CNN realizada na segunda-feira passada, e noticiada ontem.

Segundo o veículo de imprensa, Lagarde afirmou que a melhor forma de a Europa se preparar para um segundo mandato de Trump seria "reforçar o seu mercado único" - integrar os mercados financeiros da União Europeia (UE) para facilitar a obtenção de financiamento por pequenas empresas.

Ela cobrou ainda que as qualificações profissionais sejam igualmente reconhecidas em todos os Estados-membros do bloco.

"O benefício de sermos realmente um mercado único é enorme, e acho que temos que avançar nessa direção. A propósito, é assim que a Europa se move quando está ameaçada", afirmou ela, na entrevista.

CONFLITO

Seul diz que Coreia do Norte fez terceiro lançamento de mísseis em uma semana

A Coreia do Norte lançou múltiplos mísseis de cruzeiro em águas ao largo de sua costa oeste na terça-feira passada, em seu terceiro lançamento desse tipo de arma neste mês, informou o exército sul-coreano, enquanto o Norte continua a exibir seu crescente arsenal de armas projetadas para superar as defesas de seus rivais.

O Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul afirmou que os militares sul-coreanos e norte-americanos estavam analisando os lançamentos, que foram detectados por volta das 7 horas. Não forneceram mais detalhes, incluindo o número de mísseis lançados, a distância que percorreram e se foram lançados por terra ou mar.

O lançamento aconteceu após os testes de 24 de janeiro e 28 de janeiro do míssil de cruzeiro Pulhwasal-3-31, que a Coreia do Norte afirma ser projetado para ser lançado a partir de submarinos.

Após o segundo lançamento, o ditador norte-coreano, Kim Jong Un, reiterou seu objetivo de construir uma marinha nuclear para enfrentar o que ele descreveu como crescentes ameaças externas. Ainda não está claro se o lançamento na água no domingo foi realizado a partir de um submarino real ou de uma balsa subaquática.

ARMAS

As tensões na Península Coreana estão no ponto mais alto em anos, depois que Kim acelerou seu desenvolvimento de armas a um ritmo sem precedentes, emitindo ameaças nucleares provocativas contra os Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão.

Em resposta, os Estados Unidos e seus aliados asiáticos fortaleceram seus exercícios militares conjuntos, que cada vez mais contam com ativos estratégicos dos EUA, como porta-aviões, bombardeiros de longo alcance e submarinos nucleares.